

1 Aos catorze dias de dezembro de dois mil e dezenove, às nove horas e vinte e sete minutos, na
2 sede do Conselho Federal de Psicologia (CFP), situado no Setor de Administração Federal
3 Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito
4 Federal, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) deu início ao segundo dia da
5 Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf). Solicitou que todas¹ as
6 presentes tomassem seus lugares para que o quórum fosse contado. O quórum no momento
7 era de 32 (trinta e dois) delegadas. Compuseram a Mesa Diretora: Ana Sandra Fernandes
8 Arcoverde Nóbrega (CFP), Ana Luiza de Souza Castro (CRP 07) e Ana Clara da Rocha (CRP
9 12). Saudou os presentes. Passou-se à discussão dos pontos de pauta. **Ponto 9. GT de**
10 **Educação à Distância e Cursos Irregulares.** Compuseram o ponto: CRP 01: Carolina
11 Saraiva e Rafael Gonçalves de Santana e Silva; CRP 03: Renan Vieira de Santana Rocha, Iara
12 Maria A. da C. Martins e Mailson Santos Pereira; CRP 04: Lourdes Aparecida Machado,
13 Evelyn Najjar Capdeville e João Henrique Borges Bento; CRP 05: Pedro Paulo Gastalho de
14 Bicalho, Achilles Miranda Dias e Mônica Valéria Affonso Sampaio; CRP 06: Luciane de
15 Almeida Jabur, Rodrigo Toledo e Maria Rozineti Gonçalves; CRP 07: Ana Luiza de Souza
16 Castro, Carolina dos Reis e Carla Mariela Carriconde Tomasi; CRP 08: Célia Mazza de
17 Souza, Ana Lígia Bragueto e Renata Campos Mendonça; CRP 10: Maria Eunice Figueiredo
18 Guedes e Carla Isadora Barbosa Canto; CRP 11: Emilie Fonteles Boesmans e Nagela Natasha
19 Lopes Evangelista; CRP 12: Sintia Regina Bonatti Reif, Josiane Terezinha de Ávila
20 Rodrigues e Ana Clara da Rocha; CRP 13: Carla de Sant'anna Brandão Costa e Marisa
21 Martins Nicodemos; CRP 14: Marilene Kovalski e Dionatans Godoy Quinhones; CRP 15:
22 Zaira Rafaela Lyra Mendonça e Maurício Luiz Marinho de Melo; CRP 16: Ana Claudia
23 Gama Barreto e Edireusa Fernandes Silva; CRP 17: Andreina da Silva Moura e Keyla
24 Mafalda De Oliveira Amorim; CRP 20: Silmara de Souza Dias e Larissa Gabriela Lins
25 Neves; CRP 21: Juliana Barbosa Dias Maia; CRP 22: Nelma Pereira da Silva; CRP 23: Tássio
26 de Oliveira Soares; CRP 24: Elizete Gonçalves da Silva; CFP: Ana Sandra Fernandes
27 Arcoverde Nóbrega, Iolete Ribeiro da Silva e Fabián Javier Marin Rueda. Até o início do
28 ponto as delegações dos CRPs 02, 09, 18 e 19 não haviam chegado. Ana Sandra Fernandes
29 Arcoverde Nóbrega (CFP) passou a palavra para Norma Celiane Cosmo (CFP), convidada,
30 para apresentação do ponto. Antes do início do ponto as delegações dos CRPs 18, composta
31 por Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo e Sheila Carla de Queiroz Gomes e do CRP 09,
32 composta por Christine Ramos Rocha e Cândido Renato Alves de Oliveira, tomaram seus
33 lugares. Norma Celiane Cosmo (CFP) iniciou a apresentação do ponto destacando o histórico,
34 os objetivos e a composição do GT. Informou que realizaram uma reunião telefônica com o
35 intuito de definir a metodologia de trabalho. Destacou que alguns CRPs ainda não
36 encaminharam o nome dos representantes para compor o GT. Norma informou também que
37 encaminharam um ofício circular a todos os Conselhos Regionais com os temas concernentes
38 ao GT, solicitando informações sobre denúncias de cursos irregulares, sobre a fiscalização dos
39 cursos e que, o trabalho do GT será direcionado com base nas respostas dos Conselhos
40 Regionais. Norma solicitou a continuidade do GT para execução das tarefas. Informou
41 também que o GT propõe a realização de uma campanha, direcionada a estudantes do ensino
42 médio e cursos pré vestibulares, a fim de informá-los sobre a não existência de cursos à

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

43 distância (EAD) em Psicologia. Dionatans Godoy Quinhones (CRP 14) destacou a
44 preocupação quanto ao tema, e menciona que acredita que a Resolução CFP n. 011/2018, que
45 se refere ao atendimento online, propõe uma mudança de paradigma no que diz respeito às
46 TICs e que, a partir dessa Resolução, os atendimentos clínicos e as avaliações psicológicas
47 podem ser feitas online. Ele ponderou que seu posicionamento não é favorável ao EAD, mas
48 questionou como a profissional iria se municiar de conhecimentos para fazer valer a
49 Resolução CFP n. 011/2018, que não na formação. Destacou que há que se pensar na
50 formação da psicóloga, e que o GT poderia estudar o impacto da Resolução CFP n. 011/2018
51 na formação profissional. Disse que, já que a psicóloga pode atender de forma online, os
52 serviços-escola podem começar a pleitear que o atendimento seja online também. Carolina
53 dos Reis (CRP 07) destacou a portaria do MEC 2.117, que aumenta de 20 (vinte) por cento
54 para 40 (quarenta) por cento a possibilidade de ensino à distância nos cursos considerados
55 presenciais, salientou a preocupação quanto a isto, pois traz uma lógica de aumento do ensino
56 à distância. Carolina propôs que este GT construa uma agenda de defesa da permanência dos
57 20 (vinte) por cento de ensino à distância que consta nas novas DCNs - Diretrizes
58 Curriculares Nacionais. Rodrigo Toledo (CRP 06) sugeriu que durante a Apaf fosse elaborada
59 uma nota de posicionamento contrário à elevação de 20 (vinte) por cento para 40 (quarenta)
60 por cento do ensino à distância. E sobre a campanha proposta pelo GT, que se possa ampliar o
61 público alvo para alunas trabalhadoras de ensino noturno de universidades privadas. Ana
62 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) destacou a chegada das delegações do CRP 19:
63 Naldson Melo Santos e CRP 02: Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau, Norma Maria de
64 Sousa Cassimiro e Telma Maria Albuquerque Gonçalves de Melo, às nove horas e quarenta e
65 oito minutos. Iolete Ribeiro da Silva (CFP) salientou que se deve separar os assuntos, já que a
66 formação EAD é diferente da formação das profissionais para utilizar as novas tecnologias, e
67 que a discussão deve ser feita separadamente para não haver confusão entre os dois temas, e
68 ambas discussões não fiquem prejudicadas. Evely Najjar Capdeville (CRP 04) disse que o
69 texto original das DCNs traz o ensino presencial e que a questão do ensino é amplamente
70 discutida pela Abep - Associação Brasileira de Ensino em Psicologia. Evely sugeriu uma
71 campanha com o slogan "Psicologia se aprende com presença" e que, durante esta Apaf, fosse
72 confeccionada uma nota de repúdio à portaria 2.117 do MEC e que o Conselho Federal de
73 Psicologia entrasse com uma ação junto ao Ministério Público. Keyla Mafalda de Oliveira
74 Amorim (CRP 17) informou que no estado do Rio Grande do Norte os serviços-escola estão
75 ocupando lugar central nas redes de saúde dos municípios, servindo como substituto das redes
76 de saúde. Acredita que os serviços-escola devem se ater somente à clínica-escola e destacou a
77 importância de se atualizar a Carta de serviço-escola. Ana Sandra Fernandes Arcoverde
78 Nóbrega (CFP) elucidou que este encaminhamento é pertinente ao GT de Estágios, e que este
79 ponto será discutido em seguida. Ana Claudia Gama Barreto (CRP 16) disse que no estado do
80 Espírito Santo a categoria se manifestou contrariamente ao EAD, entretanto salientou a falta
81 de justificativa mais elaborada sobre a negativa de se reconhecer o ensino à distância. Ana
82 Claudia pontuou a necessidade de se construir um argumento mais sólido. Tássio de Oliveira
83 Soares (CRP 23) informou que o atendimento online perpassa o ensino EAD, e que algumas
84 faculdades particulares estão argumentando que, se pode utilizar o atendimento online, o

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

85 ensino EAD pode ser ampliado. Carolina dos Reis (CRP 07) sugeriu que sejam elencados os
86 cursos que possuem EAD em maior porcentagem e que as notas do ENADE destes cursos
87 sejam comparadas, com o intuito de se formular um argumento de negativa destes cursos
88 EAD. Dionatans Godoy Quinhones (CRP 14) destacou que o momento é de mercantilização
89 da educação e que há um paradoxo entre o atendimento online e a formação. Acredita que é
90 necessário formular um bom argumento sobre esta questão. Norma Celiane Cosmo (CFP)
91 solicitou a todos os CRPs que possuem material sobre o tema, que encaminhem ao CFP. Ana
92 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) destacou o encaminhamento de que seria escrita,
93 nesta Apaf, uma nota de repúdio sobre a portaria do MEC, e que os CRPs juntem os materiais
94 já produzidos e contribuam na confecção da nota. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05)
95 disse que antes de se falar em que aspectos o Sistema Conselhos é contrário ao ensino EAD,
96 há que se definir em que aspectos se é favorável, qual a melhor forma de se formar uma
97 psicóloga. Pedro Paulo menciona que é necessário elaborar um posicionamento do que essa
98 Autarquia define como a melhor forma de se formar as psicólogas, levando em consideração a
99 orientação e a fiscalização, formulando questões propositivas. Ana Sandra Fernandes
100 Arcoverde Nóbrega (CFP) leu os encaminhamentos: 1- Realização de uma campanha sobre
101 inexistência de cursos EAD; 2- GT deverá colaborar na construção de agenda de defesa das
102 novas DCNs; 3- Ampliar a campanha não apenas para alunas do ensino médio e cursinho,
103 como também para alunas trabalhadoras, de ensino noturno de universidades privadas; 4-
104 Campanha deverá perpassar o tema “Psicologia se aprende com presença”; 5- Assinar a nota
105 de repúdio da ABEP e/ou construir uma nota do Sistema Conselhos; 6- Abordar a
106 mercantilização do ensino e a precarização do trabalho docente; 7- Delinear as razões que
107 fundamentam o posicionamento contrário à EAD; 8- Construir um contra-argumento da
108 relação do curso EAD com o atendimento mediado por TICs; 9- Realizar levantamento das
109 notas no ENADE dos cursos que utilizam 20 (vinte) por cento da carga-horária, e fazer um
110 comparativo com cursos 100 (cem) por cento da modalidade presencial; 10- CFP produzir
111 argumentos de que formação e exercício da profissão são campos diferentes e precisam ser
112 tratados a partir de tal perspectiva; 11- O entendimento do Sistema Conselhos é de que a
113 melhor forma de aprendizagem é presencial e em instituições de ensino superior que abarcam
114 uma série de requisitos já elencados. O encaminhamento referente a entrar com recurso junto
115 ao Ministério Público Federal, assim como outros Conselhos profissionais já fizeram, seria de
116 atribuição do CFP. Ana Sandra perguntou ao Plenário se o componente do CRP 01: Rafael
117 Gonçalves de Santana e Silva poderia adentrar no ponto e votar. O Plenário concordou.
118 Destacou que há a necessidade de votação sobre o CFP abrir processo junto ao MPF. Em
119 regime de votação: 1- Favoráveis ao processo no MPF: 53 votos; 2- Contrários ao MPF: não
120 houve; 3- Abstenções: 1 voto. Norma Celiane Cosmo (CFP) solicitou a aprovação da
121 deflagração da campanha pelo CFP. O Plenário concordou. Informou que é preciso
122 estabelecer o Grupo de Trabalho que fará a nota de repúdio sobre a portaria do MEC.
123 Comporão o Grupo de Trabalho: CRP 04, 05, 06, 07 e 23. Ressaltou que a nota será apreciada
124 no terceiro dia da Apaf. Disse, ainda, que o conjunto de encaminhamentos está aprovado.
125 **Ponto 10. GT de Estágio.** Compuseram o ponto: CRP 01: Carolina Saraiva e Rafael
126 Gonçalves de Santana e Silva; CRP 02: Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau, Norma

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

127 Maria de Sousa Cassimiro e Telma Maria Albuquerque-Gonçalves de Melo; CRP 03: Renan
128 Vieira de Santana Rocha, Iara Maria A. da C. Martins e Mailson Santos Pereira; CRP 04:
129 Lourdes Aparecida Machado, Evely Najjar Capdeville e Suellen Ananda Fraga; CRP 05:
130 Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Achilles Miranda Dias e Julia Horta Nasser; CRP 06:
131 Beatriz Borges Brambila, Rodrigo Toledo e Maria Rozinetti Gonçalves; CRP 07: Ana Luiza
132 de Souza Castro, Carolina dos Reis e Carla Mariela Carriconde Tomasi; CRP 08: Célia Mazza
133 de Souza, Ana Ligia Bragueto e João Batista Martins; CRP 09: Christine Ramos Rocha e
134 Cândido Renato Alves de Oliveira; CRP 10: Maria Eunice Figueiredo Guedes e Carla Isadora
135 Barbosa Canto; CRP 11: Emilie Fonteles Boesmans e José Maria Nogueira Neto; CRP 12:
136 Sintia Regina Bonatti Reif, Josiane Terezinha de Ávila Rodrigues e Ana Clara da Rocha; CRP
137 13: Carla de Sant'anna Brandão Costa e Marisa Martins Nicodemos; CRP 14: Walkes Jacques
138 Vargas e Dionatans Godoy Quinhones; CRP 15: Zaíra Rafaela Lyra Mendonça e Maurício
139 Luiz Marinho de Melo; CRP 16: Ana Claudia Gama Barreto e Edireusa Fernandes Silva;
140 CRP 17: Andreina da Silva Moura e Keyla Mafalda De Oliveira Amorim; CRP 18: Gabriel
141 Henrique Pereira de Figueiredo e Vanessa Clementino Furtado; CRP 19: Naldson Melo
142 Santos; CRP 20: Silmara de Souza Dias e Ligia Maria Duque Johnson de Assis; CRP 21:
143 Juliana Barbosa Dias Maia; CRP 22: Nelma Pereira da Silva; CRP 23: Mariana Miranda
144 Borges; CRP 24: Lucyana Oliveira de Melo; CFP: Ana Sandra Fernandes Arcoverde
145 Nóbrega, Iolete Ribeiro da Silva e Andrea Esmeraldo Câmara. Ana Sandra Fernandes
146 Arcoverde Nóbrega (CFP) passou a palavra para Norma Celiane Cosmo (CFP), convidada,
147 para apresentação do ponto. Norma fez a apresentação do GT, histórico e composição.
148 Informou que foi realizada uma reunião telefônica para definição da metodologia de trabalho,
149 e que alguns CRPs ainda não encaminharam os participantes do GT. Norma solicitou ao
150 plenário a continuidade do GT, pediu também que os CRs encaminhem os nomes dos
151 participantes e informou que o CFP encaminhou ofício aos CRPs, solicitando que seja
152 encaminhado material sobre orientação e fiscalização e serviço-escola. Ressaltou objetivos do
153 GT: confecção de Resolução com aspectos técnicos e éticos sobre o serviço-escola que
154 contemple a obrigatoriedade de que se tenha psicólogas nos ambientes de estágio,
155 regulamentar sobre a política nacional de estágio, registro do orientador acadêmico e ética dos
156 estagiários, estágio voluntário, intermediário entre o estágio e a graduação e regulamentar
157 sobre a atuação de estagiário em emergência e desastres. Norma disse ainda que a minuta de
158 Resolução será apresentada na Apaf de maio de 2020 (dois mil e vinte). Pediu também que
159 fosse incluído um *ad hoc* na composição do GT. Zaíra Rafaela Lyra Mendonça (CRP 15)
160 destacou que o CRP compõe o GT e que já fizeram a mobilização do Plenário, verificando de
161 que forma este CRP pode contribuir, e que a COF já iniciou a visita às instituições formadoras
162 e o mapeamento das instituições. Zaíra ressaltou a falta de disciplinas nos cursos de
163 Psicologia referente a emergências e desastres. Dionatans Godoy Quinhones (CRP 14)
164 destacou que, no estado do Mato Grosso do Sul, existem programas de bolsa fomentados pelo
165 governo do estado e prefeituras que acolhem as acadêmicas de Psicologia. Ainda, que existem
166 lacunas, por exemplo, sobre quem é o orientador, qual o papel do preceptor, não há uma
167 regulamentação, legislação específica e que estes serviços vão criando estratégias de
168 funcionamento. Dionatans acredita que este tema deva ser trabalhado pelo GT. Ele destacou

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

169 também que o GT deve trabalhar a Lei do Estágio. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega
170 (CFP) disse que este tema é bastante complexo e solicitou que as falas sejam mais
171 propositivas, haja vista a quantidade de temas ainda a serem discutidos. João Batista Martins
172 (CRP 08) ponderou sobre a flexibilidade de organização dos cursos, daí a dificuldade de
173 regulamentação. Evely Najjar Capdeville (CRP 04) destacou a dificuldade de inscrição, no
174 CRP, dos professores que atuam na supervisão de universidades federais, já que algumas
175 universidades solicitam a dedicação exclusiva e que as universidades não declaram a
176 obrigatoriedade de inscrição para atuação. Maria Eunice Figueiredo Guedes (CRP 10)
177 pontuou sobre a adequação deste ponto com a discussão das DCNs, sobre a obrigatoriedade
178 de professor supervisor de estágio estar inscrito no CRP e que as COFs devem estar alinhadas
179 nesta questão. Enfatizou ainda a dificuldade de se trabalhar o tema emergências e desastres
180 dentro do estágio, haja vista a escassez de universidades que possuem a disciplina. Beatriz
181 Borges Brambila (CRP 06) destacou a precarização do ensino e das condições de
182 aprendizagem no estado de São Paulo, e menciona que acredita ser necessária a articulação
183 com os PETs- Programa de Educação para o Trabalho. Carla de Sant'anna Brandão (CRP 13)
184 ressaltou que o documento norteador é a Carta de estágio e serviço-escola, e que o tema foi
185 bastante discutido no CNP, e que neste documento deveria constar que a supervisão na parte
186 concedente deve ser obrigatória, além da inclusão das estagiárias psicólogas na equipe
187 multiprofissional. Acredita que o GT deve discutir a questão da obrigatoriedade. Sintia
188 Regina Bonatti Reif (CRP 12) disse que existem duas universidades em Santa Catarina que
189 discutem o tema emergências e desastres e que no Plenário há duas conselheiras que
190 trabalham com o tema e que podem disponibilizar o material. Nelma Pereira da Silva (CRP
191 22) destacou que no estado do Maranhão há uma universidade que oferece a disciplina de
192 emergências e desastres. Carolina dos Reis (CRP 07) resalta a importância de se diferenciar
193 supervisão acadêmica de supervisão técnica e ética, dessa forma, acredita que a Resolução
194 deve abarcar aspectos técnicos e éticos sobre o serviço-escola, que contemple a
195 obrigatoriedade de que se tenha psicólogas como supervisoras responsáveis técnicas e éticas
196 pela prática de estágio. Ligia Maria Duque Johnson de Assis (CRP 20) destacou a importância
197 da confecção da Resolução contendo a definição das nomenclaturas e dos seus campos de
198 atuação, como exemplo preceptor e supervisor. Informou que no estado do Amazonas os
199 Caps- Centro de Atenção Psicossocial, não possuem psicólogas em seu quadro funcional e
200 que a justiça encaminha os pacientes para atendimento nas clínicas-escola e que algumas
201 atividades vão além da prática clínica no estágio, como a orientação educacional. Norma
202 Celiane Cosmo (CFP) referiu a redefinição da Resolução que será construída pelo GT e
203 solicitou o envio do material por todos os CRPs. Maria Eunice Figueiredo Guedes (CRP 10)
204 destacou que durante todas as exposições houve divergência de entendimento, que não houve
205 consenso. Acredita que o GT deve fazer uma compilação de todos os materiais recebidos e
206 trazer para a Apaf de maio de 2020 (dois mil e vinte). Ana Sandra Fernandes Arcoverde
207 Nóbrega (CFP) salientou que os CRPs que compõem o GT devem realizar as articulações nos
208 seus estados. Mariana Miranda Borges (CRP 23) pediu que o envio dos materiais seja
209 ampliado até o final de janeiro, haja vista a apropriação do material pela nova gestão. Norma
210 Celiane Cosmo (CFP) disse que a data de final de janeiro foi cogitada para a reunião do GT.

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

211 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) leu os encaminhamentos: 1- CFP mandará
212 ofício circular aos Regionais sobre os procedimentos de orientação e fiscalização nas
213 atividades relacionadas aos serviços-escola para subsidiar a elaboração de uma minuta de
214 Resolução pelo GT; 2- Até o dia 15(quinze) de janeiro, os Conselhos Regionais deverão
215 responder o ofício do CFP; 3- Os Conselhos Regionais integrantes do GT deverão mobilizar
216 discussões com suas respectivas regiões geográficas para sistematização e apresentação de
217 produto na APAF de maio de 2020; 4- Incluir a Lei 11.788/2008, Lei do Estágio, entre os
218 referenciais normativos orientadores do trabalho do GT; 5- Participação de colaborador *ad*
219 *hoc* no GT, além da representação da ABEP; 6- Produzir regulamentação ou enfrentamento
220 com referência à atuação de professores de universidades públicas, em supervisão de estágio,
221 com cadastro inativo no CRP, unindo ações com as Comissões de Orientação e Fiscalização
222 em âmbito local; 7- Alinhar as discussões do GT com as DCNs sobre a obrigatoriedade de
223 supervisor psicóloga nos estágios obrigatórios e não-obrigatórios; 8- Produzir subsídios para
224 definição de requisitos e tempo mínimo de formação em Psicologia para estágio de atuação
225 em programas multiprofissionais de alta complexidade, como emergências e desastres e
226 mulheres em situação de violência, incluindo outras práticas emergentes (populações
227 tradicionais, indígenas, quilombolas, dentre outros); 9- Distinguir conceitualmente uma
228 supervisão técnica e ética, voltada especificamente para a atuação em estágio, das atividades
229 de supervisão acadêmica; 10- Proposta de reescrita do primeiro objetivo do GT: “Criar uma
230 minuta de Resolução que contenha aspectos técnicos e éticos sobre estágios e serviços-escola,
231 que contemple a obrigatoriedade de que se tenha psicólogas como supervisoras responsáveis
232 técnicas e éticas pela prática de estágio”; 11- Considerar que supervisão de estágio é exercício
233 profissional, e que estágio não é; 12- Considerar as terminologias para diferenciar supervisor
234 de preceptor de estágio; 13- Subsidiar a não obrigatoriedade de que se tenha psicólogas (nos
235 ambientes de estágio, considerando o princípio da multiprofissionalidade e do trabalho em
236 equipe; 14- Sugestão de Resolução com caráter orientativo que disponha sobre a atuação de
237 estágio em todas as áreas, com obrigatoriedade de elaboração de prontuário e documentos
238 escritos, conforme Resoluções sobre o exercício profissional; 15- Realizar articulação para
239 ampliação dos programas de educação para o trabalho dos PETs (Saúde, Assistência Social e
240 Justiça). Evely Najjar Capdeville (CRP 04) destacou que a Resolução precisaria contemplar
241 os serviços-escola, a supervisão e os estágios em geral e que se deve alinhar as discussões de
242 acordo com o que está posto pelas DCNs. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP)
243 disse que o conjunto de encaminhamentos deve ser votado. Em regime de votação, 1-
244 Favoráveis aos encaminhamentos: 53 votos; 2- Contrários aos encaminhamentos: não houve;
245 3- Abstenções: 1 voto. **Ponto 11. GT de Psicoterapia.** Participaram do ponto: CRP 01:
246 Carolina Saraiva e Rafael Gonçalves de Santana e Silva; CRP 02: Alda Roberta Lemos
247 Campos Boulitreau, Norma Maria de Sousa Cassimiro e Telma Maria Albuquerque
248 Gonçalves de Melo; CRP 03: Gabriela M. Borges, Mailson Santos Pereira e José Costa dos
249 Santos; CRP 04: Lourdes Aparecida Machado, Suellen Ananda Fraga e João Henrique Borges
250 Bento; CRP 05: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Achilles Miranda Dias e Julia Horta Nasser;
251 CRP 06: Beatriz Borges Brambila, Maria Rozineti Gonçalves e Ivani Francisco de Oliveira;
252 CRP 07: Ana Luiza de Souza Castro, Fabiane Konowaluk Santos Machado e Miriam

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

253 Cristiane Alves; CRP 08: Célia Mazza de Souza, João Batista Martins e Paulo Cesar de
254 Oliveira; CRP 09: Christine Ramos Rocha e Junny Marcos dos Santos Reis; CRP 10: Maria
255 Eunice Figueiredo Guedes e Carla Isadora Barbosa Canto; CRP 11: Emilie Fonteles
256 Boesmans e José Maria Nogueira Neto; CRP 12: Sîntia Regina Bonatti Reif, Josiane
257 Terezinha de Ávila Rodrigues e Ana Clara da Rocha; CRP 13: Carla de Sant'anna Brandão
258 Costa e Ana Kalline Soares Castor; CRP 14: Marilene Kovalski e Dionatans Godoy
259 Quinhones; CRP 15: Leonardo Tenorio Lins Pedrosa e Maurício Luiz Marinho de Melo; CRP
260 16: Ana Claudia Gama Barreto e Edireusa Fernandes Silva; CRP 17: Andreina da Silva
261 Moura e Rafael Ribeiro Filho; CRP 18: Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo e Vanessa
262 Clementino Furtado; CRP 19: Naldson Melo Santos; CRP 20: Silmara de Souza Dias e Ligia
263 Maria Duque Johnson de Assis; CRP 21: Carlos Alberto Matos da Silva; CRP 22: Nelma
264 Pereira da Silva; CRP 23: Mariana Miranda Borges; CRP 24: Lucyana Oliveira de Melo;
265 CFP: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Iolete Ribeiro da Silva e Andrea Esmeraldo
266 Câmara. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) convidou Aluízio Lopes de Brito
267 (CFP) para apresentar o ponto. Aluízio iniciou a apresentação destacando a formação do GT,
268 bem como que os CRPs receberam relatório semestral informando o andamento das
269 atividades executadas e solicitou a continuidade do GT para dar andamento à execução dos
270 trabalhos, além de inclusão de um *ad hoc*. Miriam Cristiane Alves (CRP 07) ressaltou que no
271 CRP do Rio Grande do Sul houve a ampliação das discussões sobre o conceito de psicoterapia
272 para processos clínicos e psicossociais e acredita ser relevante uma discussão do GT sobre
273 isso. Aluízio Lopes de Brito (CFP) disse ainda que neste relatório semestral há todo um
274 histórico do GT, material de subsídio e encaminhamentos/deliberações do 9º (nono) e 10º
275 (décimo) CNPs sobre psicoterapia e debates que ocorreram. Destacou que o GT precisa
276 iniciar seus trabalhos, e que conseguiu juntar toda a legislação correlata que tramita na
277 Câmara Federal e no Senado, e também que sistematizou as contribuições do 9º (nono) e 10º
278 (décimo) CNPs. Informou que os CRPs irão receber um questionário solicitando informações
279 sobre a psicoterapia nos CRPs e que a indicação do representante do CFP para o GT somente
280 será feita no final de janeiro, durante a primeira Plenária. Ele comentou ainda, que os CRPs
281 receberão todo o material sistematizado após as formalidades (posse do novo Plenário,
282 indicação do representante do CFP). Beatriz Borges Brambilla (CRP 06) solicitou que fosse
283 considerado o debate da Apaf de maio de dois mil e dezenove (2019) relativo à carta da Abrap
284 (Associação Brasileira de Psicoterapia). Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) leu
285 os encaminhamentos: 1- Continuidade do GT e a realização de convite para um colaborador
286 *ad hoc*; 2- Enviar todos os materiais de subsídio produzidos pelo GT aos Conselhos
287 Regionais; 3- CFP deverá enviar documento a ser respondido pelos Conselhos Regionais com
288 contribuições a serem sistematizadas pelo GT; 4- GT deverá considerar o debate feito na
289 APAF de maio 2019 sobre a carta da Abrap; 5- Ampliar o lugar de atuação da Psicologia na
290 escuta qualificada, na perspectiva de processos clínicos e psicossociais. Ana Sandra salientou
291 que os encaminhamentos precisam ser votados. Em regime de votação: 1- Favoráveis aos
292 encaminhamentos: 52 votos; 2- Contrários aos encaminhamentos: não houve; 3- Abstenções:
293 2 abstenções. Os trabalhos foram suspensos às doze horas e retornaram às treze horas e
294 cinquenta minutos com a conferência do quórum. Antes do início dos trabalhos Ana Sandra

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

295 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) informou que teto dos trabalhos do dia seria às
296 dezesseis horas e trinta minutos, independentemente do término ou não da discussão do
297 ponto, haja vista a cerimônia de posse a ser realizada, à partir das 19 (dezenove) horas, e que a
298 discussão não terminada no dia de hoje poderá ser retomada amanhã. **Ponto 12. GT para**
299 **Evidenciar a Resolução CFP n. 018/2002 (Estabelece normas de atuação para as**
300 **psicólogas em relação a preconceito e discriminação racial).** Participaram do ponto: CRP
301 01: Carolina Saraiva e Sílvia Reis; CRP 02: Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau, Larissa
302 de Melo Farias e Telma Maria Albuquerque Gonçalves de Melo; CRP 03: Renan Vieira de
303 Santana Rocha, Mailson Santos Pereira e José Costa dos Santos; CRP 04: Lourdes Aparecida
304 Machado, Suellen Ananda Fraga e João Henrique Borges Bento; CRP 05: Pedro Paulo
305 Gastalho de Bicalho, Mônica Valéria Affonso Sampaio e Julia Horta Nasser; CRP 06:
306 Luciane de Almeida Jabur, Maria Rozineti Gonçalves e Ivani Francisco de Oliveira; CRP 07:
307 Ana Luiza de Souza Castro, Fabiane Konowaluk Santos Machado e Miriam Cristiane Alves;
308 CRP 08: Célia Mazza de Souza, João Batista Martins e Renata Campos Mendonça; CRP 09:
309 Christine Ramos Rocha e Cândido Renato Alves de Oliveira; CRP 11: Nagela Natasha Lopes
310 Evangelista e José Maria Nogueira Neto; CRP 12: Adriana Braatz Zluhan, Josiane Terezinha
311 de Ávila Rodrigues e Ana Clara da Rocha; CRP 13: Carla de Sant'anna Brandão Costa e Ana
312 Kalline Soares Castor; CRP 14: Patricia Ferreira de Lima e Walkes Jacques Vargas; CRP 15:
313 Leonardo Tenorio Lins Pedrosa e Maurício Luiz Marinho de Melo; CRP 16: Danielle do
314 Nascimento Cezini Lacerda e Edireusa Fernandes Silva; CRP 17: Andreina da Silva Moura e
315 Rafael Ribeiro Filho; CRP 18: Pâmela Cristina da Rocha e Vanessa Clementino Furtado; CRP
316 19: Kezyane Karine Morais Araujo de Meneses; CRP 20: Claudia Maria da Costa Lustosa e
317 Ligia Maria Duque Johnson de Assis; CRP 21: Carlos Alberto Matos da Silva; CRP 22:
318 Eliandro Romulo Cruz Araujo; CRP 23: Mariana Miranda Borges; CRP 24: Elizete
319 Gonçalves da Silva; CFP: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Iolete Ribeiro da Silva
320 e Andrea Esmeraldo Câmara. Até a conferência das delegações, o CRP 10 ainda não havia
321 chegado. Andrea Esmeraldo Câmara (CFP) apresentou o ponto, informando o histórico do
322 GT, objetivos, data de criação, composição, e ressaltou que o GT foi criado em 2012 (dois mil
323 e doze), época em que a Resolução CFP n. 018/2002 completou 10 (dez) anos de existência.
324 Andréa destacou que o trabalho com as questões étnico-raciais no Sistema Conselhos
325 transcende as ações do GT, e que este trabalho deveria ser atribuído ao Sistema Conselhos e
326 não ao GT, como exemplo a realização de campanha. Sugeriu que algumas ações atribuídas
327 ao GT sejam repassadas ao Sistema Conselhos, sendo objeto de discussão da Comissão de
328 Direitos Humanos. Pediu também que seja avaliado o encerramento do GT, ou, caso o
329 Plenário entenda pela sua continuidade, que sejam atribuídas novas tarefas/ações ao GT. A
330 delegação do CRP 10 chegou às catorze horas e três minutos e foi constituída por Maria
331 Eunice Figueiredo Guedes e Jureuda Duarte Guerra. Continuou-se a discussão do ponto. Ana
332 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) disse que as falas seriam marcadas com tempo
333 de dois minutos e que devem ser propositivas. Ivani Francisco de Oliveira (CRP 06) solicitou
334 que o selo que foi desenvolvido pelo GT fosse projetado para ciência do Plenário e concordou
335 com o encerramento do GT, mas que seja criada uma Comissão Permanente de relações
336 raciais ou que o tema seja tratado na Comissão de Direitos Humanos, e que as atribuições do

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

337 GT possam ser transferidas para a Comissão de Direitos Humanos para conclusão dos seus
338 objetivos. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) destacou que pela Lei 5766/1971
339 existem somente duas Comissões Permanentes: a Comissão de Orientação e Fiscalização
340 (COF) e a Comissão de Ética (COE) e que a Comissão de Direitos Humanos não é
341 permanente, podendo ser destituída a qualquer tempo. Salientou ainda que instituir alguma
342 Comissão Permanente constitui infração ao que está descrito na Lei 5766/1971. João Batista
343 Martins (CRP 08) perguntou qual seria o caráter da Comissão de Direitos Humanos. Ana
344 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) informou que esta Comissão é instituída e
345 mantida pela gestão eleita do CFP, e que houve solicitação de que ela passe a ser permanente
346 no Projeto de Lei que solicita a revisão da Lei 5766/1971. Ana Luiza de Souza Castro (CRP
347 07) destacou que a Comissão não é coordenada por uma conselheira, e sim por uma indicação
348 do Plenário do CFP. Ivani Francisco de Oliveira (CRP 06) sugeriu a criação de uma Comissão
349 específica de relações raciais. Mariana Miranda Borges (CRP 23) gostaria de saber se este GT
350 está tratando dos povos indígenas, e acha que uma Comissão deve ser criada para tratar dos
351 assuntos relativos às questões raciais, incluindo os povos indígenas, e destacou a dificuldade
352 de se discutir estas questões durante a formação. Renata Campos Mendonça (CRP 08) disse
353 que no estado do Paraná existe uma Comissão étnico-racial e sugeriu que o GT se transforme
354 em uma Comissão que englobe todos os CRPs e CFP, haja vista este tema ser transversal e
355 complexo. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) lembra que criar Comissões é
356 uma prerrogativa dos CRPs, que podem e devem criar quantas Comissões desejarem. Suellen
357 Ananda Fraga (CRP 04) sugeriu a continuidade do GT para organização de um trabalho que
358 desencadeie na construção da Comissão. Mailson Santos Pereira (CRP 03) solicitou o mapa
359 dos GTs para verificar a participação de cada CRP nos GTs. Ele ainda sugeriu que a próxima
360 gestão do CFP constitua uma Comissão Especial sobre relações raciais e que haja participação
361 de todos os CRPs. Vanessa Clementino Furtado (CRP 18) reforçou a necessidade da
362 continuidade da discussão do tema, bem como de articular uma aproximação com as
363 instituições de formação, além de achar que a Comissão deve ser criada. Eliandro Romulo
364 Cruz Araujo (CRP 22) questionou sobre a possibilidade de algum CRP fazer parte deste GT,
365 se haveria a recomposição. Ele destacou que no estado do Maranhão existe muita chacina
366 indígena, ressaltando a importância da continuidade do GT, e destacou que o CRP 22 tem
367 interesse em participar. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) informou que ainda
368 não há definição quanto a continuidade ou não do GT, e nem da sua recomposição. Renan
369 Vieira de Santana Rocha (CRP 03) disse que a pauta é importante e que deveria continuar a
370 ser discutida, então sugeriu que fosse votada a continuidade ou não do GT, e na sequência, a
371 aprovação, ou não, da criação de uma Comissão Especial com representação regionalizada.
372 Ana Kalline Soares Castor (CRP 13) elogiou o trabalho do GT e solicitou que sempre seja
373 reforçado o tom da campanha, dando voz à população negra, cigana, quilombola e indígena.
374 Miriam Cristiane Alves (CRP 07) concorda com a formação da Comissão e acredita que a
375 discussão precisa avançar no sentido de compreender o racismo como uma epistemologia
376 estruturante, e essa compreensão faz toda a diferença na construção de táticas de
377 enfrentamento ao racismo. Ressaltou que se o GT for extinto, que a Comissão deve
378 obrigatoriamente ser criada. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05) entendeu que o tema

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

379 deve continuar a ser discutido, entendeu também que o GT cumpriu a função de evidenciar a
380 Resolução CFP n. 018/2002 e que deve continuar em evidência. Assim, acredita que o tema
381 relações raciais deve ser um eixo dentro da Comissão Nacional de Direitos Humanos, haja
382 vista a sua transversalidade. Pedro Paulo trouxe a experiência de que no CRP 05 existe a
383 Comissão de Direitos Humanos e que essa funciona direcionada por eixos. Iolete Ribeiro da
384 Silva (CFP) salientou que não cabe à Apaf a criação de uma Comissão, e sim a sugestão de
385 criação. Nessa linha, acha que o tema deve ser discutido dentro da Comissão de Direitos
386 Humanos, que pode desenvolver todo um trabalho articulado com as Comissões de Direitos
387 Humanos dos CRPs, e que o enfrentamento ao racismo é tarefa ordinária, diária do Sistema
388 Conselhos como um todo. Ana Luiza de Souza Castro (CRP 07) informou que já foi
389 coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos e disse que no CRP 07 o tema é
390 tratado dentro das Comissões, e que o combate ao racismo deve ser eixo estruturante da
391 Comissão Nacional de Direitos Humanos. Ivani Francisco de Oliveira (CRP 06) sugeriu que o
392 GT seja mantido de forma emergencial, e que seja trazido na Apaf de maio de dois mil e vinte
393 (2020) uma proposta de trabalho articulada com a Comissão de Direitos Humanos. Andrea
394 Esmeraldo Câmara (CFP) elucidou que o caráter estrutural e estruturante do racismo não pode
395 ser uma retórica, e sim um enfrentamento cotidiano a partir, inclusive, das expressões do
396 racismo no dia-a-dia e pauta de todo o Sistema Conselhos, sendo discutido em todas as
397 Comissões dos CRPs. Além disso, ela destacou que há a necessidade de dialogar com as
398 Instituições que se relacionam com a Psicologia para reconhecimento desta pauta. Ela
399 solicitou que o selo fosse projetado e utilizado em todo o Sistema Conselhos. Andrea
400 informou, ainda, que a campanha de enfrentamento ao racismo foi lançada em novembro de
401 dois mil e dezoito (2018). Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) ponderou que
402 existe a preocupação de que essa pauta seja abarcada por todo o Sistema Conselhos, e que não
403 há dúvida de sua prioridade. Ana Sandra ressaltou que será realizada a recomposição da
404 Comissão Nacional de Direitos Humanos e destacou a necessidade de que nela haja um eixo
405 estruturante que trate do tema de relações raciais, e que na Apaf de maio de dois mil e vinte
406 (2020) seja apresentado um plano de trabalho da Comissão de Direitos Humanos quanto ao
407 tema, abarcando as sugestões de encaminhamentos referidas nesta Apaf. Suellen Ananda
408 Fraga (CRP 04) ponderou ser interessante a proposição de Ana Sandra Fernandes Arcoverde
409 Nóbrega (CFP), entretanto, destacou que existe demanda tanto da sociedade, quanto da
410 categoria de que esta pauta tenha um cuidado especial, considerando o impacto na sociedade e
411 na categoria. Ela menciona ainda que na sua opinião, o GT deve ser mantido, mas que a Apaf
412 deve sugerir a criação de uma Comissão Especial. Maria Eunice Figueiredo Guedes (CRP 10)
413 disse que no CRP 10 existiam dois grupos de trabalho que se transformaram em Comissões,
414 Comissão de relações raciais e Comissão de povos indígenas, e que este tema possui
415 especificidades, diversidades e particularidades que precisam ser trabalhadas com um olhar
416 mais ampliado. João Batista Martins (CRP 08) ponderou que a partir do momento que a Apaf
417 não permite a criação de uma Comissão Especial, ele propõe a manutenção do GT por conta
418 de sua complexidade e especificidade. Ana Luiza de Souza Castro (CRP 07) pontua que ela
419 não vê as duas proposições, manutenção do GT e criação de Comissão, como antagônicas,
420 dessa forma, sugere a manutenção do GT e que o tema seja levado para a Comissão Nacional

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

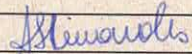
421 de Direitos Humanos, em dois itens, que a expressão seja “combate ao racismo”, e que seja
422 um eixo estruturante da CDH. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) perguntou ao
423 Plenário, e não houve objeção em retirar a proposta de encerramento do GT. Ana Sandra
424 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) leu as propostas: Proposta 1- Manutenção do GT;
425 Proposta 2- Manutenção do GT e indicação da composição da CDH com eixo estruturante
426 para tratar das relações étnico-raciais; Proposta 3- Manutenção do GT e indicação ao CFP de
427 constituição da Comissão Especial de relações étnico-raciais, desvinculada da CDH. Andrea
428 Esmeraldo Câmara (CFP) pontua que as três propostas indicam a manutenção do GT, então a
429 proposta 1 não tem razão de existir, já que as discussões ressaltaram que o tema deve ser
430 debatido em uma Comissão. Dessa forma, a Proposta 1 torna-se sem efeito. Ana Luiza de
431 Souza Castro (CRP 07) ponderou as discussões deste Plenário no sentido de que o combate ao
432 racismo é eixo estruturante de todas as gestões do CFP, dessa forma não consegue entender
433 que se tenha que votar uma proposta contra a outra, já que uma proposta não exclui a outra.
434 Andrea Esmeraldo Câmara (CFP) disse que não há objeção quanto a manutenção do GT e,
435 considerando que as duas propostas são de indicação, é possível que as duas indicações sejam
436 feitas ao Plenário do CFP, que em sua autonomia poderá decidir. Destacou ainda que os
437 objetivos do GT precisam ser definidos. Renan Vieira de Santana Rocha (CRP 03) salientou
438 que a criação de uma Comissão Especial, para discutir o tema relações étnico-raciais, não vai
439 deixar de fazer com que a discussão seja realizada na CDH, já que a ideia é que a pauta seja
440 transversal. Assim, o que deve ser votado é se o Plenário da Apaf indica ao CFP a criação da
441 Comissão Especial ou não. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) informou que a
442 manutenção do GT precisa ser votada e dependendo da proposta com o maior número de
443 votos, haverá a indicação ao Plenário do CFP condizente com a proposta mais votada. Assim,
444 leu as propostas: Proposta 1- Manutenção do GT e indicação ao Plenário do CFP de que se
445 crie um eixo estruturante sobre as relações étnico-raciais dentro de CDH; Proposta 2-
446 Manutenção do GT e indicação ao Plenário do CFP de que se crie uma Comissão Especial
447 para tratar do tema relações étnico-raciais. Em regime de votação: 1- Favoráveis a proposta 1:
448 19 votos; 2- Favoráveis a proposta 2: 32 votos; 3- Abstencões: 1 voto. Dessa forma, Ana
449 Sandra registra que o GT está mantido, e que há a necessidade de recomposição e definição
450 das tarefas a serem cumpridas até a Apaf de maio de dois mil e vinte (2020). Ana Sandra
451 pediu que a planilha de composição dos GTs fosse projetada. Solicitaram fazer parte do GT:
452 Região Norte- CRPs 10, 23 e 24; Região Sul- CRPs 07 e 08; Região Centro- Oeste- CRPs 01
453 e 09; Região Nordeste- CRPs 02, 03, 11, 17, 19 e 22. Região Sudeste- CRP 06. Andreina da
454 Silva Moura (CRP 17) defendeu a permanência do CRP 17 no GT. Alda Roberta Lemos
455 Campos Boulitreau (CRP 02) defendeu a permanência do CRP 02 no GT. Renan Vieira de
456 Santana Rocha (CRP 03) defendeu a permanência do CRP 03 no GT. Ana Sandra Fernandes
457 Arcoverde Nóbrega (CFP) destacou que não havendo consenso nos CRPs 02, 03 e 17 quanto
458 a composição do GT pela região Nordeste, deveria haver a votação. Luciane de Almeida
459 Jabur (CRP 06) sugeriu que a própria região Nordeste vote em dois CRPs de sua região e
460 assim eleja a sua representatividade. Procedeu-se a votação: CRP 02 votou no CRP 02 e 03;
461 CRP 03 votou no CRP 03 e 17; CRP 11 votou no CRP 02 e 03; CRP 13 votou no CRP 03 e
462 17; CRP 15 votou no CRP 02 e 03; CRP 17 votou no CRP 03 e 17; CRP 19 votou no CRP 03

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

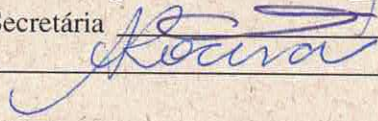
463 e 17; CRP 21 votou no CRP 02 e 03 e CRP 22 votou no CRP 02 e 03. Assim: CRP 02 obteve
464 5 votos. CRP 03 obteve 9 votos e CRP 17 obteve 4 votos. Dessa forma, a Região Nordeste
465 será representada pelos CRPs 02 e 03. O GT será composto pelos CRPs: 01, 02, 03, 06, 07, 23
466 e 24 e CFP. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) indicou que há a necessidade
467 de definição das tarefas do GT. Maria Eunice Figueiredo Guedes (CRP 10) entendeu a
468 composição do GT, entretanto mencionou que se sentiu prejudicada, pois o CRP 10 possui
469 Comissão sobre povos indígenas e sobre relações raciais e não foi contemplado na
470 composição do GT. Ivani Francisco de Oliveira (CRP 06) acredita que o GT deve desenvolver
471 um plano de trabalho articulado com a CDH a ser apresentado na Apaf de maio de 2020 (dois
472 mil e vinte). João Batista Martins (CRP 08) se mostrou preocupado com a questão da
473 temporalidade, haja vista os genocídios que estão acontecendo. João destacou que as ações de
474 combate devem ter seu início imediato. Ana Luiza de Souza Castro (CRP 07) reforçou que a
475 CDH e o GT continuarão suas ações de combate ao racismo. Iolete Ribeiro da Silva (CFP)
476 disse que as ações não estão amarradas nas deliberações da Apaf, e que o Plenário do CFP e a
477 CDH estão em atividade, e que, inclusive, estas temáticas eleitas como prioritárias estão
478 sendo acompanhadas mais detalhadamente, e que o plano de trabalho que será apresentado na
479 Apaf de maio é um plano maior que engloba todo o Sistema Conselhos. Vanessa Clementino
480 Furtado (CRP 18) acredita ser vultoso que o GT faça ações estratégicas junto às Instituições
481 de Ensino. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) destacou que este
482 encaminhamento não pode ser atribuído ao GT, pois o GT não articula, não dialoga para além
483 do Sistema Conselhos, o que pode ser realizado é um planejamento destas ações. Andrea
484 Esmeraldo Câmara (CFP) menciona que se debruçou na Portaria sobre os critérios de criação
485 dos GTs e ficou com dúvidas sobre a elaboração de um plano de ação para o CFP, se não seria
486 atribuição da Plenária do CFP e não do GT. Ela acredita que as tarefas do GT devem ser
487 mais específicas. João Batista Martins (CRP 08) destacou a importância de se realizar um
488 levantamento e um mapeamento das universidades que possuem disciplina sobre questões
489 indígenas, e também realizar uma campanha que pense nas inserções no campo social, com o
490 envolvimento da sociedade em geral. Maria Eunice Figueiredo Guedes (CRP 10) acredita que
491 devem ser feitas ações junto às Instituições de Ensino Superior (IES) e também no ensino
492 médio. Iolete Ribeiro da Silva (CFP) acredita que o GT possa articular com o Crepop, com
493 vistas às novas pesquisas e publicações. Destacou que em 2005 ou em 2006 foi realizada uma
494 campanha pela CDH com o slogan "Por um mundo que caibam todos os mundos" que falava
495 da inclusão de todos os grupos que historicamente são marginalizados e excluídos. Andrea
496 Esmeraldo Câmara (CFP) ressaltou a sua preocupação quanto as atribuições do GT, pois
497 existem demandas de atribuição do CFP e não do GT. Mariana Miranda Borges (CRP 23)
498 acredita ser valoroso estabelecer diálogo com os movimentos sociais dos povos indígenas,
499 quilombolas e negros. Rafael Ribeiro Filho (CRP 17) acredita ser valorosa também a
500 publicação de uma produção do Sistema Conselhos com depoimentos de pessoas que
501 sofreram racismo e alguma forma de negligência. Ana Luiza de Souza Castro (CRP 07)
502 registrou sua angústia com relação aos extermínios que estão acontecendo no Brasil e no
503 mundo, e acredita que as discussões estão sendo direcionadas para além do GT, e há uma
504 urgência no estabelecimento das ações. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) leu

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

505 os encaminhamentos para o trabalho do GT: 1- Que a pauta racial seja abordada de forma
506 transversal; 2- As ações de combate ao racismo devem ser tarefas cotidianas dentro do
507 Sistema Conselhos de Psicologia; 3-Contemplar o diálogo com a formação em Psicologia; 4-
508 Que as ações da campanha versem sobre populações negra, cigana, quilombola e indígena; 5-
509 Indicar ao CFP que a CDH passe a funcionar por eixos (como exemplo CRP-05); 6-
510 Planejamento de campanha que envolva a sociedade com vistas a sensibilizar para as ações
511 afirmativas no âmbito do ensino médio e das universidades; 7- Retomar a produção da
512 campanha sobre experiências de inclusão e do direito à educação de todos os grupos (“Por
513 uma escola-mundo onde caibam todos os mundos”); 8- Encaminhar o tema para avaliação
514 conjunta do tema de Educação Superior, a ser apreciada na APAF de dezembro de 2020 (dois
515 mil e vinte) como tema de pesquisa para o Crepop. Foram definidas as atribuições do CFP: 1-
516 Realizar levantamento de inserção de indígenas nas IES e em especial nos cursos de
517 Psicologia (CFP); 2- Realizar levantamento quanto ao currículo dos cursos, verificar
518 disciplinas que versem sobre o tema (CFP/Abep); 3- Realizar acompanhamento das ações
519 afirmativas no âmbito das IES (CFP/Abep); 4-Elaborar estratégias de diálogo com
520 movimentos negros, de povos tradicionais, indígenas e quilombolas (CFP); 5- Produção de
521 publicação similar ao que foi produzido no âmbito da CDH/CFP (aniquilamento das
522 subjetividades LGBTIs). Definiu-se também que o GT fará uma avaliação das indicações para
523 redistribuir ações que podem ser realizadas pelo CFP, CRPs e GT. Maria Eunice Figueiredo
524 Guedes (CRP 10) disse que atualmente os indígenas estão sendo chamados de povos
525 originários. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) disse que a produção de uma
526 publicação seria atribuição da CDH. Rafael Ribeiro Filho (CRP 17) informou que a
527 nomenclatura é povos indígenas mesmo, conforme a lista que foi passada no CNP, que
528 questionava como os povos gostariam de ser chamados. Ana Sandra Fernandes Arcoverde
529 Nóbrega (CFP) destacou que o conjunto de encaminhamentos precisa ser votado. Dessa
530 forma, em regime de votação: 1- Favoráveis ao bloco de encaminhamentos: 53 votos; 2-
531 Contrários ao bloco de encaminhamentos: não houve; 3- Abstencões: 1 voto. Ana Sandra
532 ressaltou que na Apaf de maio de dois mil e vinte (2020) será trazido o plano de trabalho da
533 CDH. Renan Vieira de Santana Rocha (CRP 03) gostaria de propor a ordem dos pontos de
534 amanhã, que as duas Resoluções sejam apreciadas primeiramente e posteriormente as duas
535 Notas Técnicas. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) disse que a solicitação será
536 apreciada amanhã, pediu que os cartões de votação sejam colocados na mesa e que o horário
537 de início do terceiro dia de Apaf será às nove horas e trinta minutos. Os trabalhos foram
538 encerrados às dezesseis horas e trinta e dois minutos devido a cerimônia de posse que
539 acontecerá às dezenove horas. Esta Ata foi revisada por Fabian Javier Marin Rueda,
540 Conselheiro Secretário do CFP.

541 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega - Coordenadora 

542 Ana Luiza de Souza Castro - Secretária

543 Ana Clara da Rocha - Secretária 

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.